

Cuiabá-MT, 17 e 18 de setembro de 2013

Fonte: www.gazetadigital.com.br Cidades Quarta, 18 de setembro de 2013, 14h51

determinação judicial

Hemocentro deve ter mais investimentos do governo em 2014

Da Redação

O juiz Alex Nunes de Figueiredo determinou que o governador Silval Barbosa inscreva recursos suficientes na Lei Orçamentária (LO) de 2014 a fim de sanar todas as irregularidades encontradas no Hemocentro-MT, conforme decisão anterior da justiça. Caso não seja cumprida a decisão, o Estado incorrerá em crime de desobediência. O magistrado atua em regime de exceção na Vara Especializada em Ação Civil Pública, Ação Popular e Improbidade Administrativa, em Cuiabá.

A determinação para que as dificuldades do setor fossem sanadas foi expedida em fevereiro de 2011 com prazo de 120 dias, entretanto a situação permanece até os dias atuais. Relatórios técnicos encartados no processo relatam uma série de desacordos como, por exemplo, descumprimento das normas técnicas de segurança sanitária estrutural, falta de alvará atualizado relativo à localização e funcionamento do órgão e falta de alvará expedido pelo Corpo de Bombeiros referente à prevenção contra incêndio e pânico no local.

De acordo com o juiz, as instalações do centro de serviços hemoterápicos se encontram em situação “calamitosa e degradante”, mas os gestores públicos do Estado não se sensibilizam com o sofrimento da população que precisa desse atendimento, muito menos com a situação insalubre e de risco de vida por que passam os médicos e demais funcionários que lá desenvolvem suas atividades laborais

“Os documentos angariados pelo autor [Ministério Público] e colacionados nestes autos a fim de instruir a inicial, especialmente os relatórios confeccionados pela Vigilância Sanitária Municipal, subscrita pela Anvisa, expõem claramente a situação caótica da unidade de saúde MT-Hemocentro, no que diz respeito à estrutura do prédio onde ocorre a prestação do serviço, o subdimensionamento das dependências, o risco biológico por conta das más condições de preservação do material sanguíneo que ali é colhido, e mesmo assim, repito, há praticamente dois anos e meio nada se fez em cumprimento a decisão liminar, mediante uma conduta passiva e tranquilamente”.

(Com informações da assessoria do TJMT)

Fonte: www.gazetadigital.com.br Cidades Quarta, 18 de setembro de 2013, 10h32

DETERMINAÇÃO

Governo deve garantir orçamento para Centro de Reabilitação Dom Aquino

Redação do GD

Divulgação



O governador do Estado, Silval Barbosa, deve inscrever na Lei Orçamentária (LO) que irá vigorar em 2014 todos os recursos necessários para sanar irregularidades existentes no Centro de Reabilitação Integral Dom Aquino Corrêa de Cuiabá (Cridac). A determinação é do juiz Alex Nunes de Figueiredo, que atua na Vara Especializada em Ação Civil Pública, Ação Popular e Improbidade Administrativa.

Na decisão, o magistrado determinou que o Estado fosse intimado impreterivelmente na

pessoa do governador e também na autoridade responsável pela alocação de recursos no projeto de LO a fim de que não “haja eventual alegação de desconhecimento, bem como para ciência e providências pertinentes ao comando judicial, tudo sob pena de crime de desobediência”

De acordo com o magistrado, o local enfrenta sérias irregularidades estruturais, humanas e de material, que foram demonstradas em relatório técnico de inspeção sanitária e parecer técnico da Vigilância Sanitária municipal. Em outubro de 2012 foi determinado ao Estado que regularizasse a situação em 180 dias. A decisão, entretanto, foi descumprida. O juiz destaca ainda que impressiona e estarrece a omissão e o comportamento de total desrespeito por parte do Estado, já que os resultados da efetividade do cumprimento da liminar representam benefícios de vital importância à população.

“Pelo que consta nos autos, as instalações do Cridac se encontram em situação calamitosa, degradante até, mas, pelo visto, os gestores públicos do Estado de Mato Grosso, afetos a administração da aludida unidade de saúde, não têm se sensibilizado com o sofrimento da população que precisa desse atendimento, muito menos com a situação insalubre e de risco de vida porque passam os médicos e demais funcionários que lá desenvolvem suas atividades laborais”

Garantias – O juiz Alex Nunes de Figueiredo afirma ainda que o Poder Judiciário quando se deparar com situação de descaso como a do Cridac precisa desde logo buscar outros meios para que a tutela do direito da parte venha a ser garantida. “Nesses casos o Poder Judiciário poderá atuar determinando a vinculação de verba programada para o orçamento do exercício anual subsequente, consoante previsão (...) da CF/88, emitindo comando para que o ente

público, por meio do seu gestor, faça reservas de valores suficientes para que a política pública em questão seja implementada, que no caso, consiste em rubrica específica na Lei Orçamentária que vigorará no ano de 2014, sem que com isso, ainda, venha resultar em ofensa ao princípio da separação dos poderes”

Fonte: www.sonoticias.com.br **GERAL**

18 de Setembro de 2013 - 10:24

Nortão: acordo prevê estruturação de Conselhos de Saúde e Educação

Fonte: Só Notícias com assessoria

Um Termo de Ajustamento de Conduta firmado entre o Ministério Público do Estado e o município de Nova Ubiratã estabelece uma série de obrigações a serem adotadas pela administração municipal para o fortalecimento dos conselhos de Saúde e Educação. A partir de agora, todas as medidas administrativas implementadas pelo Poder Executivo em relação as duas áreas deverão passar pelo crivo dos conselhos.

O município também assumiu o compromisso de garantir sede própria, estrutura física e material para a realização das reuniões ordinárias e extraordinárias dos conselheiros. A paridade na composição dos conselhos também deverá ser obedecida: 50% dos membros serão representantes dos usuários dos serviços; 25% dos profissionais da área e 25% de gestores ou prestadores de serviço.

"Até o final do ano, o município deverá promover a capacitação dos conselheiros visando a eficiência no exercício da função. O não cumprimento das obrigações implicará no pagamento de multa diária de R\$ 1 mil, que será revertida para o Fundo Estadual de Defesa dos Interesses Difusos e Coletivos", ressaltou o promotor de Justiça.

Três outros TACs firmados entre o Ministério Público e o município de Nova Ubiratã vão ter reflexos na rede pública municipal de ensino. Os acordos estabelecem a implantação de hora atividade em favor dos professores da rede pública municipal, elaboração de um plano de acompanhamento

específico de alunos envolvidos em caso de violência e manutenção da oferta da educação das relações étnicas e raciais do estudo da história e cultura afro-brasileira.

Em relação à hora atividade, por exemplo, no TAC foi estabelecido que o município terá que implantar, a partir do ano letivo de 2014, 1/3 de hora atividade em favor dos professores. A lista dos funcionários da educação do ano de 2013 com informações sobre classe, nível, data de admissão, função, vencimento bruto e lotação também deverá ser encaminhada ao Ministério Público no prazo de 30 dias.

O acordo prevê, ainda, a contratação de professores em número suficiente para garantir a regularidade das aulas e, ao mesmo tempo, o direito de 1/3 das atividades extraclasse aos professores. Os TACs foram assinados pelo promotor de Justiça Carlos Roberto Zarour César e o prefeito do município de Nova Ubiratã, Valdenir José dos Santos.

Fonte: www.gazetadigital.com.br Cidades Terça, 17 de setembro de 2013, 00h00

MAIS MÉDICOS

1º estrangeiro chega a MT

[Raquel Ferreira](#) / Da Redação

O espanhol José Maria Martin, 56, é o primeiro profissional do programa "Mais Médicos" a chegar em Mato Grosso e atenderá a população de Cáceres (225 km a oeste de Cuiabá) a partir da próxima segunda-feira (23). A cidade foi escolhida por fazer fronteira com a Bolívia e oportunizar o contato com os 2 países. Para o médico, a falta de estrutura da saúde pública do Estado não comprometerá o atendimento na atenção básica.

Esta semana, a Secretaria de Estado de Saúde (SES) apresentará a rede, algumas estruturas físicas da Capital e dará orientação sobre Cáceres para o estrangeiro, que segue para o interior na sexta-feira (20)...

Leia mais na edição impressa de A Gazeta, disponível neste Portal.

Fonte: www.gazetadigital.com.br Cidades

Terça, 17 de setembro de 2013, 00h00

Prevista vinda de mais 1 médico

[Da Redação](#)

Com carência de médicos em 108 municípios de Mato Grosso, inicialmente o Ministério da Saúde anunciou que o Estado receberia 4 profissionais estrangeiros do programa "Mais Médicos". Mas, por enquanto, está prevista somente a chegada de Suzana Rosel Paz Hernandez, formada em Honduras.

Ela está em Brasília para resolver pendências com o MS e deve começar atender em Cáceres em 15 dias. Antes de se inscrever no programa, a médica atuava na Venezuela...

Leia mais na edição impressa de A Gazeta, disponível neste Portal.

Fonte: www.saude.mt.gov.br

Notícia

17/09/2013 - Anderson Acendino/Assessoria/SES-MT

MT- Hemocentro Capacita servidores do Estado na captação de sangue



(foto: Maira de Mello/Assessoria/SES-MT)

A secretaria de Estado de Saúde, através do MT Hemocentro, abriu na manhã desta terça-feira (17/09) o Treinamento da Hemorrede Pública Estadual de Mato Grosso. O treinamento contará com 90 participantes de 35 municípios do Estado. O tema a ser abordado será "Ciclo do Sangue" e suas implicações. A melhoria no acolhimento do doador e as novas técnicas no

chamamento dos que desejam doar sangue passam pela capacitação dos trabalhadores que atuam no MT Hemocentro e em todas as UCTs e ATs do Estado.

Para a diretora Eliana Rabane, capacitar servidores que atuam nas Unidades de Coleta de Transusão (UCTs) e nas Agencias Transfusoriais (Ats) do Estado visa melhorar a qualidade dos serviços do SUS na coleta e processamento do sangue bem como promover conhecimento das Leis e regras do Ministério da Saúde sobre esse serviço, principalmente no que tange às diretrizes da Agencia Nacional de Vigilância em Saúde (Anvisa). Eliana Rabane disse ainda que uma preocupação do MT Hemocentro, ao realizar a capacitação, foi contemplar os municípios do interior do Estado.

A capacitação oferece qualificação dos serviços, estruturação física, tecnológica e de Recursos Humanos do MT Hemocentro. Para a Diretora o Estado de Mato Grosso é um dos mais bem cobertos do país no que tange a captação e processamento de sangue doado. Segundo a Diretora o êxito da Hemorrede estadual está diretamente ligado às parcerias com os municípios do Estado.

O MT Hemocentro trabalha na busca de uma reposição dos estoques de sangue em tempo real e dentro das necessidades de cada hospital, quer na Capital quer no interior do Estado.

A perenidade do sangue é outro fator que determina a necessidade da reposição hematológica em tempo real. Uma bolsa de sangue tem vida útil de 35 dias, segundo a Diretora; Um concentrado de plaquetas, tem vida útil de cinco dias e o MT Hemocentro trabalha no planejamento de várias coletas em pequenas quantidades para que haja um aproveitamento total das doações, sem desperdício de sangue. PROGRAMAÇÃO – Nos dias 17/09 a 20/09/2013 das 08:00 às 17:00 horas.

Fonte: www.rdnews.com.br

[VERBA](#) | 18/09/2013 - 08:22

Com 1 ano de atraso, Estado repassa R\$ 3,3 mi para saúde

Victor Cabral



Com quase um ano de atraso, o governo do Estado efetuou, nessa terça (17), repasse de R\$ 3,3 milhões para 37 municípios. Neste mês, a verba será encaminhada para as cidades que têm a receber até R\$ 130 mil. Os valores são referentes as pendências relacionadas ao Programas Saúde da Família (PSF), Saúde Bucal, Apoio à Saúde

Comunitária de Assentados Rurais(Pascar) e o de Apoio ao Desenvolvimento e Implementação dos Consórcios Intermunicipais de Saúde(Paici).

Os recursos já foram creditados nas contas das prefeituras. O montante é parte dos R\$ 23 milhões que ficaram para ser pagos neste segundo semestre. O calendário foi definido após negociação entre a Associação Mato-grossense dos Municípios (AMM) e o Estado. Conforme o presidente da AMM, Valdecir Luiz Colle (PSD), Chiquinho do Posto, a transferência começou a ser feita em agosto, quando foi feito o pagamento para 63 municípios que tinham crédito a receber de até R\$ 75 mil.

Em outubro, mais 20 prefeituras com crédito de até R\$ 350 mil serão contempladas. Em novembro, os recursos serão destinados às cidades que têm a receber mais de R\$ 350 mil. Esse cronograma não inclui Cuiabá e Várzea Grande, que já receberam o dinheiro. “Desta forma, o governo está cumprindo com os prefeitos. Com essa liberação, os gestores fecharão suas contas em relação aos restos a pagar da Saúde. O atendimento a população nesta área é um grande desafio para os municípios,” observou Chiquinho.

O presidente da AMM lembra que a negociação para quitar os débitos foi iniciada em fevereiro. Chiquinho ainda ressalta que para se colocar a dívida em ordem foi preciso uma ampla articulação com o governo. Diversas reuniões foram realizadas com os secretários de Saúde, Mauri Rodrigues (PP) e da Casa Civil, Pedro Nadaf (PR), para discutir um cronograma de pagamento. Os presidentes de consórcios de Saúde também participaram de uma reunião na AMM, para negociar o pagamento dos recursos atrasados.

Em reunião com o governador Silval Barbosa (PMDB) ficou definido que os municípios receberiam 50% dos restos a pagar da saúde referentes a 2012 e a outra metade seria paga neste segundo semestre. O presidente da AMM informou também que outra prioridade neste semestre é voltar a discutir a lei 9.870/2012, que estabeleceu cortes no repasse da saúde, principalmente na atenção básica. *(Com assessoria).*

Fonte: www.olhardireto.com.br

Notícias / **Brasil**

[Enviar para amigo](#) [Imprimir](#) [A A A](#)

17/09/2013 - 07:20

Padilha: chegada de médicos estimula infraestrutura em saúde nos municípios

Terra

O ministro da Saúde, Alexandre Padilha, disse nesta segunda-feira que a chegada dos médicos estrangeiros nas comunidades pobres do País vai estimular a melhora da infraestrutura nas unidades de saúde. "O maior obstáculo era ter o médico. Construir a unidade de saúde, equipá-la e mantê-la reformada é uma ação que o município fica estimulado a fazer quando vê que nós conseguimos garantir um médico para atender aquela população", declarou o ministro, em São Bernardo do Campo, na Grande São Paulo.

Padilha citou situações que viveu quando trabalhou como médico na Amazônia. O ministro foi supervisor de um núcleo da Universidade de São Paulo (USP), atuando em comunidades amazônicas, e contou que percebeu que a chegada dos médicos atraiu desenvolvimento para a região. "Não tinha nenhuma estrutura nos lugares onde trabalhamos. A presença de médicos lá estimulou o município, outras universidades e organizações a montar estrutura. Uma aldeia indígena não tinha nada, hoje tem centro cirúrgico, ambulatório para tratamento. A cidade de Santarém (PA) não tinha uma faculdade. Hoje tem a faculdade de medicina, que é um grande hospital regional", disse.

O ministro informou ainda que todos os municípios participantes do programa Mais Médicos usarão recursos do Ministério da Saúde para reforma, ampliação e construção de unidades de saúde. Segundo cronograma da pasta, o início do trabalho dos profissionais do programa está previsto para o dia 23.

De acordo com o ministro, as inscrições para os interessados em participar do programa serão abertas mensalmente, prioritariamente para médicos brasileiros. Padilha ressaltou que os estrangeiros podem ocupar apenas as vagas não ocupadas pelos profissionais brasileiros. "Aos poucos, vamos poder mostrar o programa, mostrar que ele não tira emprego de nenhum médico brasileiro", destacou.

Nesta semana, disse o ministro, está programada a seleção dos médicos estrangeiros que se inscreveram no segundo mês do Mais Médicos. Eles poderão optar pelas cidades onde querem trabalhar. "O Mais Médicos é um primeiro passo de uma longa caminhada para fazer uma mudança profunda na realidade da saúde da nossa população, mas é o passo mais corajoso", disse.

Fonte: www.hipernoticias.com.br

Tamanho do texto A- A+

Segunda, 16 de setembro de 2013, 17h32

PROGRAMA MAIS MÉDICOS

Conselhos querem intimidar tutores brasileiros no Mais Médicos, diz AGU

Segundo o advogado-Geral da União, eventuais erros não irão gerar uma responsabilidade automática ao tutor e ao supervisor, como pretendia o CFM

PORTAL UOL

O advogado-Geral da União, ministro Luís Inácio Adams, afirmou nesta segunda-feira (16), que os CRMs (Conselhos Regionais de Medicina) querem intimidar os médicos

brasileiros que trabalham como tutores dos profissionais selecionados pelo programa Mais Médicos, do governo federal. A afirmação veio horas depois de a AGU publicar no Diário Oficial da União um parecer que impede os conselhos de todo o Brasil de exigir qualquer documentação extra para os médicos estrangeiros que atuarão no programa.

"Não é necessário identificar previamente o tutor e supervisor dos médicos estrangeiros. Essa exigência foi criada para intimidar a atuação dos profissionais brasileiros nesses cargos".

Os CRMs haviam solicitado os dados dos tutores dos supervisores técnicos de cada médico estrangeiro como prerrogativa para fornecerem os registros provisórios. Adams também afirmou que os CRMs que descumprirem o parecer estarão sujeitos a ações por essa conduta.

"Esperamos que impere o bom senso. Os conselhos que não respeitarem [o parecer] podem responder por improbidade administrativa e qualquer negação ao receber os documentos dos profissionais é indevida e incabível, além de violar a Legislação", afirmou.

AFP Photo/Evaristo Sa



Médicos estrangeiros em unidade de saúde do índio, em Brasília.

O parecer impede que os CRMs exijam qualquer documentação diferente da definida pela Medida Provisória 621/2013 e pelo Decreto 8040/2013, que implementam o programa Mais Médicos. De acordo com a MP, o médico intercambista precisa apresentar o diploma expedido por instituição de educação superior estrangeira e a habilitação para o exercício

da medicina no país de formação. A MP destaca ainda que não é necessário a tradução juramentada desses comprovantes.

Demagogia eleitoreira

O documento foi elaborado após consulta feita pelo Ministro da Saúde, Alexandre Padilha, sobre a responsabilidade dos atos médicos dos participantes do programa, da aplicação supletiva da Resolução 1832/2008 do Conselho Federal de Medicina e da documentação exigida para a atuação dos estrangeiros no Brasil.

O parecer da AGU também derrubou a resolução do CFM (Conselho Federal de Medicina) que afirmava que gestores públicos, tutores e supervisores vinculados ao programa Mais Médicos poderiam responder como co-responsáveis por erros praticados por médicos intercambistas.

"A responsabilidade é sempre pessoal e isso é uma diretriz que já é usada na prática geral da medicina do país. Cada profissional é responsável pela sua própria atuação", afirmou Adams.

Bernardo Dantas/Folhapress



Sala improvisada em garagem em Santa Maria do Cambucá (PE)

Segundo o advogado-Geral da União, eventuais erros não irão gerar uma responsabilidade automática ao tutor e ao supervisor, como pretendia o CFM, mas os casos não deixarão de ser investigados.

"É preciso averiguar se a má prática decorreu de um erro do profissional ou dos tutores e supervisores. Sem isso não há responsabilidade", destaca Adams, que relembra que os médicos estrangeiros atuarão na área de atenção básica, ou seja, não precisarão fazer nenhum tipo de procedimento complexo.

Para Adams, o início da atuação dos profissionais estrangeiros, previsto para a próxima segunda-feira (23), não será postergado. "Espero que impere o bom senso, pois o governo não quer excluir os conselhos de cumprir sua função de fiscalização. Os conselhos são parte essencial da qualidade desse programa, pois os profissionais estrangeiros não devem ser só observados pelos tutores, mas por esses órgãos também", destaca.

Mesmo com as exigências até então feitas pelos CRMs, o secretário de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde do Ministério da Saúde, Mozart Salles, garantiu durante a entrevista coletiva que 624 registros provisórios já foram protocolados pelo Ministério da Saúde.

Fonte: www.issoenoticia.com.br POLÍTICA / AVANÇO

Terça, 17 de setembro de 2013, 09h35

Ambulância para Chapada será prioridade, diz governo

Wagner Ramos também vai reforçar a necessidade de reforma do ônibus odontológico para a zona rural do município

DA REDAÇÃO

O Governo do Estado vai incluir em suas prioridades futuras a destinação de uma ambulância para atender a Fundação Assistencial de Chapada dos Guimarães. A garantia foi dada ao deputado Wagner Ramos (PR) pelo secretário adjunto de Saúde do estado, Ednilson de Lima Oliveira, em resposta a pedido feito pelo parlamentar por meio da Indicação nº 608/2013.

"Um simples cruzamento entre o grande volume e a urgência de todas as necessidades do setor com as atuais limitações financeiras do Estado nos dá a dimensão e a seriedade do caso. Entretanto, em meio a todas as prioridades existentes, vamos continuar negociando politicamente com o governo pelos nossos municípios", garantiu o republicano.

Além da ambulância, ele vai reforçar a necessidade de reforma do ônibus odontológico de Chapada. O pedido também é parte integrante da Indicação 608/2013. Além da falta de uma ambulância para o transporte emergencial de pacientes que precisam de pronto atendimento médico, o ônibus tem importância estratégica para o atendimento odontológico dos moradores da zona rural do município.

Fonte: www.sonoticias.com.br

SAÚDE

17 de Setembro de 2013 - 18:10

Governo de MT repassa R\$ 3,3 milhões da saúde para 37 cidades

Fonte: Só Notícias com assessoria

Trinta e sete municípios mato-grossenses receberam, hoje, uma parcela de R\$ 3,3 milhões referentes aos restos a pagar de 2012, conforme previsto. O calendário foi definido após negociação entre a Associação Mato-grossense dos Municípios (AMM) e o governo do Estado. Neste mês, o repasse será feito para os municípios que têm a receber até R\$ 130 mil.

Os valores repassados vão atender as pendências relacionadas a Postos de Saúde da Família, Programa de Saúde Bucal, Programa de Apoio à Saúde Comunitária de Assentados Rurais (Pascar) e o Programa de Apoio ao Desenvolvimento e Implementação dos Consórcios Intermunicipais de Saúde (Paici). Os recursos já foram creditados contas das prefeituras, o montante é parte dos R\$ 23 milhões que ficaram para ser pagos neste segundo semestre.

Conforme o presidente da AMM, Valdecir Luiz Colle, a transferência começou a ser feita em agosto, quando foi feito o pagamento para 63 municípios que tinham crédito a receber até R\$ 75 mil. Em outubro, mais 20 prefeituras com crédito até R\$ 350 mil serão contempladas. Em novembro, os recursos serão destinados às cidades que têm a receber mais de R\$ 350 mil. Esse cronograma não inclui Cuiabá e Várzea Grande, que já receberam o dinheiro. "Desta forma, o governo está cumprindo com os prefeitos, com esta liberação, os gestores fecharão suas contas em relação aos restos a pagar da Saúde. O atendimento a população nesta área é um grande desafio para os municípios".

Colle lembrou que a negociação para a quitação dos débitos foi iniciada em fevereiro, logo após assumir a presidência da AMM. Ele disse que foi iniciada uma ampla articulação com o governo para colocar a transferência em dia, considerando as dificuldades dos municípios. Diversas reuniões

foram realizadas os secretários Saúde, Mauri Rodrigues e da Casa Civil, Pedro Nadaf, para discutir um cronograma de pagamento.

Os presidentes de consórcios de Saúde também participaram de uma reunião na AMM, para negociar o pagamento dos recursos atrasados. Posteriormente, em reunião com o governador Silval Barbosa, ficou definido que os municípios receberiam 50% dos restos a pagar da saúde referentes a 2012 e a outra metade seria paga neste segundo semestre. O presidente da AMM informou também que outra prioridade neste semestre é voltar a discutir a lei 9.870/2012, que estabeleceu cortes no repasse da saúde, principalmente na atenção básica.

Fonte: www.sonoticias.com.br

SAÚDE

17 de Setembro de 2013 - 07:12

Profissionais para MT na 2ª etapa do Mais Médicos fica abaixo da expectativa

Fonte: Só Notícias/Weverton Correa (foto:Ednilson Aguiar/arquivo)

O número de profissionais para Mato Grosso, formados no país, na segunda etapa do programa Mais Médicos ficou abaixo da expectativa. A homologação da distribuição dos inscritos divulgada pelo Ministério da Saúde aponta que apenas um escolheu atuar no Distrito Sanitário Especial Indígena Xavante, em Barra do Garças. Foram solicitadas por 26 cidades do Estado 46 vagas para médicos.

Apesar do resultado, há expectativa de mais médicos virem para Mato Grosso. Ao todo 1.414 profissionais inscritos na segunda etapa, sendo 400 formados no país. Eles manifestarem interesse de atuar em 217 municípios e 10 distritos de saúde indígena. 232 (61%) vão para municípios do interior e regiões de alta vulnerabilidade social, 157 seguirão para as periferias de capitais e regiões metropolitanas e 11 atuarão em distritos indígenas.

Com a definição de onde os médicos formados no Brasil vão trabalhar, o governo agora abre espaço para que os estrangeiros possam optar entre os postos remanescentes.

Do total de profissionais solicitados em Mato Grosso, para Alta Floresta, foram 6. Sinop e Feliz Natal pediram 1. A lista aponta para Campo Verde e Vila Rica foram solicitadas quatro vagas, enquanto para Juara e Primeira do Leste, três em cada. Em Cotriguaçu, Juruena, Rosário Oeste, Tabaporã e Tapurah foram registradas duas solicitações, enquanto para Apiacás, Barra do Garças, Canabrava do norte, Castanheira, Curvelândia, Indiavaí, Nova Marilândia Novo Horizonte do Norte,

Fonte: www.sonoticias.com.br

SAÚDE

Com a definição de onde os médicos formados no Brasil vão trabalhar, o governo agora abre espaço para que os estrangeiros possam optar entre os postos remanescentes.

Do total de profissionais solicitados em Mato Grosso, para Alta Floresta, foram 6. Sinop e Feliz Natal pediram 1. A lista aponta para Campo Verde e Vila Rica foram solicitadas quatro vagas, enquanto para Juara e Primeira do Leste, três em cada. Em Cotriguaçu, Juruena, Rosário Oeste, Tabaporã e Tapurah foram registradas duas solicitações, enquanto para Apiacás, Barra do Garças, Canabrava do norte, Castanheira, Curvelândia, Indiavaí, Nova Marilândia Novo Horizonte do Norte, Poxoréu, Ribeirãozinho, Salto do Céu, São José do Xingu, São Pedro da Cipa e Vila Bela da Santíssima Trindade, uma vaga, em cada.

Fonte: www.sonoticias.com.br 17 de Setembro de 2013 - 08:36

Lançada obra de maternidade em Sinop

Fonte: *Só Notícias (foto: Luciano Andre)*

A Fundação de Saúde Comunitária de Sinop - Hospital Santo Antônio - lançou, nesta segunda-feira, a pedra fundamental da nova ala maternidade que terá 1.050 metros quadrados de área

construída e já deverá iniciar seu funcionamento com capacidade para cerca de 400 partos por mês. Os recursos são próprios e giram em torno de R\$ 1,8 milhão.

Há algum tempo que o Santo Antônio já vem se preparando para este salto. Para atender à demanda da maternidade, está sendo ampliada a capacidade da UTI neonatal de 12 para 20 leitos. O hospital também está investindo na construção humana, onde já prepara profissionais das mais diversas áreas para trabalharem de forma integrada na maternidade.

A diretoria quer construir todas as áreas necessárias para a realização de partos humanizados. Estão sendo criadas e treinadas equipes multidisciplinares para acompanhamento das pacientes. A informação é da assessoria do hospital.

O médico alemão, Josef Wennemann, fundador e grande investidor da Fundação de Saúde Comunitária de Sinop, no final da década de 80, esteve na solenidade, em Sinop, fez questão de ressaltar que acompanha os acontecimentos do Brasil. "Fico revoltado com os descasos da administração pública, mas quero que eles olhem nosso exemplo de gente bem intencionada. Se pudesse, traria a presidente do Brasil para ver como pessoas comuns podem levar pequenas obras para frente. Obras que podem ajudar muita gente", disse.

Por ser ginecologista e obstetra, Wennemann acredita que "dar a luz" não é uma doença, mas sim um momento de alegria e felicidade. Por isso, a necessidade de construir, separadamente, uma ala, específica, para a maternidade, com uma entrada especial, separada dos doentes.

O Hospital Santo Antônio foi inaugurado em fevereiro de 1991 e é mantido pela Fundação de Saúde Comunitária de Sinop, criada em agosto de 1989. A nova maternidade levará o nome da esposa do médico alemão e se chamará Maternidade Christel Wennemann.

Josef decidiu encabeçar grupo de benfeitores alemães para construir o hospital em Sinop devido sua amizade com o Monsenhor Karl Thaller, um dos padres que trabalha em Sinop, há décadas.

Fonte: www.odocumento.com.br

Cidades

Saúde confirma caso de elefantíase em Cuiabá

18/09/2013 - 04h56

A- A+

DC

A Secretaria Municipal de Saúde de Cuiabá confirmou que uma haitiana de 30 anos é portadora de filariose, doença infecciosa também conhecida por elefantíase. A paciente, que já apresenta inchaço nos membros, chegou em Cuiabá há oito meses e passa por tratamento.

Informações apontam que outros dois casos, também em haitianas, foram identificados. Porém, os órgãos da saúde pública alegaram desconhecê-los.

De acordo com a SMS, por se tratar de uma doença transmissível e sem registros de notificações no Estado, 45 pessoas que conviveram com a haitiana estão passando por investigação laboratorial. Haitianos e brasileiros, que entraram em contato com a doente no período que ela esteve abrigada na Casa do Migrante, tiveram amostras de sangue coletadas e enviadas para um laboratório em Minas Gerais.

A filariose ou elefantíase não é transmitida entre seres humanos. O transmissor é o mosquito conhecido popularmente como pernilongo, comum no país e que tem outras denominações como aedes, palha, tatuquira, asa branca, cangalhinha.

O inseto pica a pessoa infectada e hospeda o verme causador da doença, podendo contaminar a próxima pessoa que picar. A infecção atinge o sistema linfático, bloqueando os vasos e fazendo com que as pessoas acometidas passem a apresentar sinais de deformidade nos membros.

Se descoberta na fase inicial, a maioria não chega a desenvolver a elefantíase, forma mais grave da doença, caracterizada pelo inchaço e ferida de membros como pernas. Nos homens, também pode causar deformações nos testículos.

Em ambos, mulher e homem, chegam a causar incapacidade definitiva para o trabalho e outras atividades cotidianas. Também provoca febre, dor de cabeça e mal-estar. No caso específico da haitiana, o diagnóstico aconteceu quando ela já apresentava inchaços, mas ela está em tratamento, não com internação, mas assistida pelo Hospital Universitário Júlio Muller(HGU).

A assessoria da SMS informou que o caso da haitiana foi diagnosticado em julho, mas a secretaria, HUJM e técnicos decidiram que o manteria em sigilo como forma de evitar que os haitianos fossem vítimas de preconceito ou até que deixasse de buscar assistência médica-hospital por medo de serem hostilizados.

De acordo com a OMS, há no mundo cerca de 120 milhões de pessoas infectadas e 40 milhões que desenvolveram elefantíase. A Índia e o continente africano registram o maior número de casos. No Brasil, existem cerca de 49 mil. As cidades de Recife, Belém e Manaus contabilizavam mais casos.

Fonte: www.odocumento.com.br **Política**

Coordenador da Secretaria de Saúde viaja e adia depoimento na Assembleia

17/09/2013 - 15h51

A- A+

Da Redação

O coordenador da Comissão de Fiscalização de Contratos das Organizações Sociais de Saúde (OSS) da Secretaria Estadual de Saúde, médico Jorge Lafetá, adiou seu depoimento na Comissão de Saúde da Assembleia Legislativa, previsto para ocorrer amanhã. Ele está em viagem a Alta Floresta e não agendou nova data para depor.

Lafetá foi convocado pela Comissão de Saúde na última quarta-feira, quando o diretor da OSS de Sinop, Wellington Arantes, apresentou panorama das dificuldades enfrentadas para finalização da reforma do hospital.

Conforme o presidente da Comissão, deputado Antônio Azambuja (PP), uma nova data deve ser agendada com Lafetá para a próxima semana, e que não poderá comparecer nesta quarta-feira, já que estará a viagem em Alta Floresta.

A Comissão de Saúde está apurando denúncia do deputado federal Pedro Henry (PP), de que ocorreriam desvios na pasta, de recursos encaminhados para investimentos em atendimento de alta e média complexidade no Hospital Regional de Sinop. Henry afirmou em posse de documentos, que os desvios desde o ano passado, já chegam ao patamar de R\$37 milhões.

De um lado, Mauri Rodrigues, secretário de Saúde, afirma que não encaminhou os recursos para o hospital, porque a reforma não foi finalizada. De outro lado, Arantes garante não ter terminado a reforma por não receber os recursos. Lafetá deve auxiliar com informações sobre a reforma e os equipamentos que deveriam ter sido encaminhados para o hospital, mas estão armazenados em Cuiabá.

Os valores acordados com o Ministério da Saúde através da SES, é de que R\$7,9 milhões seriam investidos em reformas e adequações, sendo que o Estado repassaria um valor menor, para que as três parcelas de R\$2,6 milhões finalizassem as obras da unidade. Contudo, o secretário de Saúde, Mauri Rodrigues, alegou que só foi repassado R\$2,1 milhões, porque a OSS não prestou conta do que foi investido, e que por isso, as outras parcelas não foram quitadas.

Por sua vez, Arantes informa que devido ao não encaminhamento dos equipamentos, não há como terminar a obra, sendo que ressaltou que a prestação de contas foi apresentada ao Tribunal de Contas do Estado (TCE). Em posse do documento, a auditoria nas contas foi realizada de 2012 a 2013. "Com R\$3,2 milhões deste total de R\$7,9 milhões, nós poderíamos em 60 dias, estar com 85% da unidade em funcionamento",

explicitou.

Conforme o relatório do TCE, do valor definido de R\$7,9 milhões, apenas R\$2,1 milhões foram repassados, além da demora da aquisição de equipamentos por parte da SES, que dificulta o trabalho da OSS, o não envio dos recursos acordados pode comprometer os recursos já aplicados. O relatório também destaca a falta de planejamento e atuação da SES. "A falha é da Secretaria Estadual de Saúde por não dar ação de continuidade à OSS", diz trecho do relatório.

O Hospital de Sinop deveria receber R\$1,5 mi/mês até abril deste ano, para que o governo repassasse os R\$7,9 milhões para adequações e reformas, mas, até setembro, a unidade continua a receber o mesmo valor, sendo que Mauri Rodrigues alegou que sem terminar a reforma, não deve investir o valor total na unidade. Mas, o Estado não repassa o que foi acordado para finalização da unidade.

Os recursos investidos na unidade são provenientes do Ministério da Saúde, que disponibiliza R\$66 milhões/ano para investimento em média e alta complexidade nos hospitais de Sinop, Alta Floresta e Várzea Grande. O custo mensal fica entorno de R\$5,6 milhões/mês por parte do governo federal, sendo que o governo do Estado é responsável por 30% da contrapartida, para se chegar ao valor total de R\$8 milhões/mês. O maior questionamento dos deputados é sobre os valores que deveriam corresponder a contrapartida do Estado.

Fonte: www.odocumento.com.br **Cidades**

35% das cidades de Mato Grosso não possui maternidade

17/09/2013 - 16h03

A-

A+

g1

Há mais de oito anos, não nasce nenhum bebê em Chapada dos Guimarães, cidade turística localizada a 65 quilômetros de Cuiabá. Não pela falta de mulheres grávidas, mas de maternidade no município, que conta com quase 18 mil habitantes, como apontou o Censo de 2010.

Exceto aquelas que dão à luz por meio do trabalho de parteiras, todas as gestantes são encaminhadas à capital para ganhar bebê. Ao todo, 60 cidades mato-grossenses, o correspondente a 35%, não possuem maternidade, segundo a Secretaria Estadual de Saúde (SES).

O prefeito da cidade, José de Souza Neves, disse que no município há somente uma unidade de saúde, o Hospital Municipal Santo Antônio, que funciona como pronto-atendimento e dispõe de alguns leitos de internação. Porém, não se faz nenhum procedimento cirúrgico na unidade, incluindo obstetria. "Na zona rural, as crianças nascem com parteiras em situação emergencial, mas sem nenhum acompanhamento médico",

afirmou.

Conforme o prefeito, a previsão é de que no próximo ano o município já tenha uma maternidade em funcionamento, a partir da construção de uma Unidade de Pronto Atendimento (UPA), cuja obra começou neste mês, por meio de um convênio com o Ministério da Saúde. Com essa nova unidade, que deve atender uma média de 50 pacientes por dia, o Hospital Santo Antônio deve se transformar em uma maternidade. A obra da UPA deve custar R\$ 1,4 milhão e deve ser concluída em um ano e três meses.

Apesar da falta de maternidade, José Neves argumenta que as mulheres recebem apoio para ir a Cuiabá. "As gestantes chegam ao hospital, que é o único da cidade, e depois são levadas para Cuiabá, através da Secretaria Municipal de Saúde", contou. Um dos problemas é que os hospitais da capitais já enfrentam sérios problemas de superlotação, justamente por atenderem pacientes de todas as regiões do estado. Só de Chapada dos Guimarães, por exemplo, uma média de 30 mulheres vão a Cuiabá dar à luz.

Ocorre, segundo o Conselho Regional de Medicina (CRM-MT) que Cuiabá também não consegue mais atender a demanda. A presidente do órgão de classe, Dalva Neves, aponta um déficit de, no mínimo 150 leitos de maternidade, na capital. "Há uma deficiência de maternidades também em Cuiabá. O município compra o serviço do Hospital Santa Helena (unidade filantrópica), que já está sem condições de atender a quantidade de pacientes que buscam atendimento", frisou. A capital não possui nenhuma maternidade.

Segundo a presidente do CRM-MT, há dias que gestantes chegam ao hospital e são colocadas em cadeiras. "E isso não é culpa do médico. Ele pede para a paciente sentar na cadeira porque não tem leitos e não pode mandá-la embora porque ela já irá entrar em trabalho de parto", pontuou. Uma das alternativas, na avaliação dela, seria destinar o prédio onde hoje funciona o Pronto-Socorro Municipal de Cuiabá para o atendimento a gestantes e crianças. "Isso pelo visto não passa de um sonho", considerou.

Essa deficiência faz com que algumas medidas não tenham condições de serem colocadas em prática, como é o caso do parto humanizado, onde a mulher recebe atendimento até o momento de entrar em trabalho de parto normal e conta com um acompanhante, muitas vezes do marido. "Quando está muito lotado, não tem como ficar um acompanhante, porque os leitos são divididos por biombos e quando a mulher está sentindo dor ela não se importa em se cobrir direito, então não tem como outros homens ficarem no mesmo espaço. Isso dá até briga", citou Dalva.

Entre as cidades que não tem maternidade estão Barão de Melgaço e Santo Antônio de Leverger, localizadas na Baixada Cuiabana. O prefeito de Barão de Melgaço, Antônio Ribeiro Torres, contou que há 20 anos não nasce nenhum 'filho legítimo de Barão' pelas mãos de um médico, somente por meio de parteiras. "Poucos filhos de Barão nasceram nas mãos de médicos. A maioria por parteiras", frisou. A previsão, entretanto, é que em 120 dias um hospital municipal que foi reformado já esteja em funcionamento. O prédio foi reformado recentemente e já foi reinaugurado, porém, ainda não está fazendo partos. "Se não conseguirmos recursos do governo federal e estadual para comprar equipamentos para colocar o hospital em funcionamento, tentaremos buscar recursos do município", afirmou. Hoje, todos os pacientes em situação mais grave são conduzidos a Cuiabá. A estimativa é que sejam necessários cerca de R\$ 500 mil para a aquisição dos equipamentos.

Fonte: www.odocumento.com.br **Nacional**

Conselhos de Medicina mantém pedido para fiscalizar o Mais Médicos

17/09/2013 - 15h56

A- A+

Da Redação

Ao solicitar do Governo Federal informações sobre o local de trabalho dos intercambistas do programa Mais Médicos e seus respectivos tutores e supervisores, os Conselhos de Medicina cumprem a lei com o objetivo de garantir a boa prática profissional em benefício dos pacientes. Com essas informações, os CRMs poderão realizar atividades de fiscalização para evitar irregularidades, abusos e dar mais segurança à população no processo de atendimento.

Em nota divulgada nesta segunda-feira (16), o CFM e os CRMs lembram que agem dentro dos princípios da legalidade e da moralidade e que estão ancorados em escopo normativo em vigor. Esse rigor e zelo norteará não só a fiscalização do Mais Médicos, como as demais atividades profissionais médicas.

“De acordo com a Lei 3268/1957, são os órgãos supervisores da ética profissional em toda a República e ao mesmo tempo, julgadores e disciplinadores da classe médica, cabendo-lhes zelar e trabalhar por todos os meios ao seu alcance, pelo perfeito desempenho ético da medicina e pelo prestígio e bom conceito da profissão e dos que a exerçam legalmente”, afirma o documento.

Leia abaixo a íntegra do documento

NOTA DO CFM E CRMS SOBRE O PARECER DA ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO (AGU)

O Conselho Federal de Medicina (CFM) e os 27 Conselhos Regionais de Medicina (CRMs) formam em seu conjunto uma autarquia federal, possuindo cada um personalidade jurídica de direito público, com autonomia administrativa e financeira. De acordo com a Lei 3268/1957, são os órgãos supervisores da ética profissional em toda a República e ao mesmo tempo, julgadores e disciplinadores da classe médica, cabendo-lhes zelar e trabalhar por todos os meios ao seu alcance, pelo perfeito desempenho ético da medicina e pelo prestígio e bom conceito da profissão e dos que a exerçam legalmente.

Sendo assim, preocupados com a segurança dos pacientes e com a qualidade do atendimento oferecido pelos médicos intercambistas (brasileiros e estrangeiros) vinculados ao Programa criado pela MP 612/2013, os Conselhos de Medicina esclarecem os seguintes pontos:

1. Essa Medida Provisória, em seu artigo 10, §5º, mantém incólume a fiscalização dos Conselhos Médicos sobre a atividade profissional e de ensino dos médicos intercambistas;

2. Paratanto, as entidades precisam ter informações sobre o local de trabalho dos intercambistas e o nome dos seus respectivos tutores/supervisores de ensino para garantir a fiscalização do exercício profissional com o objetivo de oferecer maior segurança à população;
3. Essas exigências têm como base o artigo 6º, do Decreto 44.045/1958, que define como essencial à fiscalização da atividade médica o conhecimento pelos CRMs da localidade de desempenho das atividades médico-educacionais;
4. Além disso, em seu artigo 9º, a MP 621/2013, que institui o referido Programa como de caráter educacional, estabelece o acompanhamento das atividades do médico participante (intercambista ou não) por um supervisor e por um tutor acadêmico;
5. Ainda cabe acrescentar que, como instrumento normativo infralegal, a Resolução CFM 1832/2008, em seu artigo 7º, exige a comunicação formal do supervisor e do tutor acadêmico ao sistema conselhal (com a devida identificação e assinatura dos mesmos) na condição de responsáveis pelo médico intercambista ou posgraduando;
6. Quanto à atuação dos gestores públicos e médicos tutores/ supervisores vinculados, salienta-se que eles são corresponsáveis pelas orientações dadas aos seus pósgraduandos ou supervisionados. Na existência de fato concreto que justifique a abertura de sindicância ou processo, será feita análise caso a caso. Portanto, esse fluxo requer o envio preliminar das informações solicitadas ao Governo para que as atividades de fiscalização sejam iniciadas de forma ágil e efetiva;

Finalmente, os Conselhos de Medicina - em observação dos princípios da legalidade e da moralidade - exercerão o seu munus de fiscalização no âmbito do Programa Mais Médicos com o mesmo rigor e zelo com os quais realiza as suas fiscalizações no contexto do exercício profissional da medicina no país. As entidades não se intimidarão com quaisquer considerações que possam ter o intuito de cercear os direitos que lhe são outorgados por lei na defesa da boa prática médica em benefício da saúde da população.

Fonte: www.vgnoticias.com.br

Subsecretário de Saúde de VG é eleito vice-presidente do Conselho Municipal de Saúde; Presidente também tem cargo comissionado na SMS/VG

Publicado em: 16/09/2013 às 15:04

por Rojane Marta/VG Notícias

O subsecretário de Saúde de Várzea Grande, Edson Vieira - popular Edson Gordo -foi eleito na última quinta-feira (12.09) vice-presidente do Conselho Municipal de Saúde de Várzea Grande (CMS/VG), para o próximo biênio (2014/2015). Já o atual presidente, que também possui cargo

na Saúde municipal como assessor de gestão, Geovane Renfro, foi reeleito no cargo de presidente do Conselho.

A nova direção do CMS/VG pode ser considerada no mínimo “imoral”, pois tanto o presidente quanto o vice, fazem parte da Saúde municipal, ou seja, haverá possível conflito de interesses na fiscalização das ações e no julgamento da prestação de contas da Secretaria de Saúde municipal.

Vale destacar, que os Conselhos Municipais de Saúde “atuam na formulação de estratégias e no controle da execução da política de saúde, inclusive nos aspectos econômicos e financeiros”.

Outro lado - Em entrevista ao **VG Notícias** nesta segunda-feira (16), Geovane Renfro disse que não há qualquer problema em ele e Edson Vieira comporem a diretoria do CMS/VG, mesmo que tenham bons cargos comissionados na Saúde municipal.

Indagado se haveria um conflito de interesses ao julgar as prestações de conta da Secretaria de Saúde – sob gestão de Jaqueline Guimarães, já que a secretária a ser julgada seria sua superior na administração municipal, Renfro alegou que a diretoria não decide nada sozinha, para isso, há o Conselho de Saúde, composto por representantes do governo, prestadores de serviço, profissionais de saúde e usuários.

“O plenário do Conselho é soberano. A diretoria não pode tomar nenhuma decisão sem antes o plenário deliberar, então não vejo esse conflito de interesses” justificou.

A diretoria do CMS para o próximo biênio ficou composta da seguinte forma: Geovane Renfro (presidente), Edson Vieira (vice-presidente), Zacarias Costa (primeiro secretário) e Gelson Camargo (segundo secretário).

Fonte: www.conselho.saude.gov.br

Brasília, 17 de setembro de 2013

CNS é recebido no Congresso Nacional para debater sobre o financiamento da saúde

O Conselho Nacional de Saúde (CNS) tem pressionado o Congresso Nacional com a pauta do financiamento. E o resultado tem sido favorável à saúde. Nesta semana, a pedido do CNS, as duas Casas do Congresso tratam do tema. Na quarta-feira, 18, está marcada uma reunião com a presidência da Câmara.

Mesmo que o projeto de lei de iniciativa popular que pede 10% da receita corrente bruta da união para a saúde pública- Saúde+10, passe primeiro pela Câmara dos Deputados, o Conselho Nacional de Saúde pede também ao Senado Federal que discuta a pauta do financiamento da saúde para que as questões estejam afinadas no momento em que o PL for para a Casa.

A presidência das duas Casas tem dado retorno positivo recebendo o Conselho e debatendo o tema em diversas oportunidades. Na quinta-feira, 19, haverá, no Senado, uma Sessão Temática para debater o financiamento da área da saúde.